

# O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA  
MARISTELA CARNEIRO  
(ORGANIZADORAS)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



# O BRASIL DIMENSIONADO PELA HISTÓRIA

**DENISE PEREIRA  
MARISTELA CARNEIRO  
(ORGANIZADORAS)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
B823	<p>O Brasil dimensionado pela história [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-823-6 DOI 10.22533/at.ed.236190312</p> <p>1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 981.65</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O Brasil, como qualquer outro país, é produto de conflitos, tensões e representações. Ao mesmo tempo uma imposição de condições circunstanciais e da assimilação de discursos internalizados, o Brasil existe na mente de seus habitantes como uma abstração, uma identidade coletiva, antes de se colocar como uma linha mais coerente de ideias encadeadas. Um recorte geográfico gigantesco. Uma economia complexa. Uma emblemática coleção de territórios, paisagens emocionais, panoramas urbanos. Uma frustrante cadeia de problemas políticos, sociais e ecológicos. Uma história. Múltiplas histórias.

Pois todos os fios das lutas e idiossincrasias que unem para constituir a trama deste país, um quadro complexo, variado e repleto de contradições, não podem ser compreendidos senão como produtos e signos dos contextos históricos em que nasceram. A história oferece um conjunto único de lentes, que nos permite detectar e apreciar os intrincados desenhos que compõem essa rica trama. A história permite dimensionar (e tensionar) diferentes bases, possibilitando outros olhares e enquadramentos, que complexificam as narrativas que contam e ressignificam o próprio conceito de Brasil.

Economia. Política. Arte. Religião. Educação. Campos de ação que fracionam a experiência humana em unidades compreensíveis e manuseáveis, produzindo especialidades e, mais importante, especificidades. Pela mirada da história podemos vislumbrar cada um destes recortes por intermédio das trajetórias descritas e geradas pelos mesmos, permitindo-nos melhor apreciar as facetas e dimensões deste país. Diferentes campos convergem para construir uma narrativa que auxilie na construção da identidade brasileira, a qual encontra na história um horizonte orientador para suas lutas e desafios. Aqui, a história se torna a pedra de toque para a leitura de diferentes problemáticas, que em última análise se propõem a medir os impactos das ações humanas no tempo e, também, construir um futuro mais humano e com mais acertos.

Diante deste olhar na História, esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONSTRUÇÃO DA CIDADE E DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL NA AMÉRICA PORTUGUESA	
Wagner Cavalheiro	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903121	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
PATRIMÔNIO: ESPAÇO DIDATIZADO – CASO DO INSTITUTO BRUNO SEGALLA, CAXIAS DO SUL	
Paloma Lava	
DOI 10.22533/at.ed.2361903122	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
O PATRIMÔNIO TERRITORIAL PÚBLICO E OS REGISTROS DOCUMENTAIS	
Eleide Abril Gordon Findlay	
DOI 10.22533/at.ed.2361903123	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
SERRA NEGRA DO NORTE/RN – BERÇO DE UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL-NATURAL ADORMECIDO	
Rita de Cássia Dantas de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903124	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
IDENTIDADE E LUGARES DE MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS MONTES GUARARAPES	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2361903125	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
ARQUIVOS, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: OS BENEFÍCIOS E OBSTÁCULOS DESSAS APROXIMAÇÕES	
Railane Antunes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2361903126	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
NO LINEAR DA PRIMEIRA REPÚBLICA A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS (1906–24), O PAPEL DO INSPETOR E DIRETOR	
Sandra Maria de Oliveira	
Betânia Oliveira Larteza Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.2361903127	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>84</b>
A QUESTÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DE INTERVENÇÕES DO COTIDIANO	
O MONUMENTO ÀS BANDEIRAS E O PÁTIO DA CRUZ	
Editon Mioshi Arakawa Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.2361903128	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>97</b>
ENSINO DE HISTÓRIA E A PRESENÇA NEGRA NOS TRÓPICOS: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM O CONTO A BOTIJA DE OURO	
Atenor Junior Pinto dos Santos Marcos Ferreira Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2361903129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: OS ARQUIVOS ESCOLARES COMO POSSIBILIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS	
Vanessa Campos Mariano Ruckstadter Janete Leiko Tanno Flávio Massami Martins Ruckstadter	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
HISTÓRIA E MEMÓRIA DA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER: A ENTREVISTA COMPREENSIVA E AS POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS DOS DISCURSOS DE MULHERES EDUCADORAS	
Roselia Cristina de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>133</b>
ASPECTOS DA HISTÓRIA DAS CRECHES NA CIDADE DE MARÍLIA/SP, BRASIL: 1940-1997	
Josiane de Moura Dias Marquizeli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>141</b>
A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UM BREVE PANORAMA DOS TRABALHOS REALIZADOS EM IJUÍ/RS	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>148</b>
BRASIL E ÁFRICA DO SUL NO CONTEXTO DO APARTHEID: RELAÇÕES E RUPTURAS	
Mariana Schlickmann	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
ARQUITETURAS DE USO MISTO EM MACAÚBAS, ALTO SERTÃO BAIANO: SISTEMAS CONSTRUTIVOS, PRÁTICAS DE MORAR E TRABALHAR	
José Antônio de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>174</b>
HISTÓRIA DA SECA, DA FÉ E DO NORDESTE CANTADA PELO REI DO BAIÃO	
Romero de Albuquerque Maranhão Norberto Stori	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031216</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>183</b>
A PAISAGEM AMBIENTAL DE CUBATÃO NAS OBRAS DE NORBERTO STORI	
<a href="#">Romero de Albuquerque Maranhão</a>	
<a href="#">Norberto Stori</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>192</b>
“A PROPRIEDADE PRIVADA É SAGRADA E PONTO FINAL”: A FALA DO PRESIDENTE BOLSONARO AOS RURALISTAS E A VIOLÊNCIA NO CAMPO	
<a href="#">Francivaldo Alves Nunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>200</b>
REPRESENTAÇÕES DO JORNAL <i>O GLOBO</i> SOBRE O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE LEONEL BRIZOLA (1979-1980)	
<a href="#">Marcelo Marcon</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>211</b>
A QUESTÃO CHRISTIE (1861-1863) E O ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E A GRÃ-BRETANHA: ECOS NA IMPRENSA, NA PINTURA, NO TEATRO E NA NARRATIVA <i>O DONATIVO DO CAPITÃO SILVESTRE</i> (1893), DO PARAENSE INGLÊS DE SOUSA	
<a href="#">Denise Rocha</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>227</b>
O HOMEM QUE CRIOU SHERLOCK HOLMES: ARTHUR CONAN DOYLE ENTRE AS CIÊNCIAS E A LITERATURA	
<a href="#">Jarbas de Mesquita Neto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>237</b>
ESTÉTICA NEGRA E DESCOLONIZAÇÃO DA IMAGEM NO CINEMA NEGRO DE SPIKE LEE E ZÓZIMO BULBUL	
<a href="#">Jéfferson Luiz da Silva Monteiro</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>248</b>
CONSONÂNCIAS METODOLÓGICAS NAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA DO CHORO	
<a href="#">Denis Wan-Dick Corbi</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>260</b>
DOS POBRES CAVALEIROS DE CRISTO À IGREJA DE SATÃ - AS RESSIGNIFICAÇÕES DO BAPHOMET	
<a href="#">Lívian Mota Magalhães</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031224</b>	



<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>271</b>
KUÑANGUE ATY GUASU ENTRE RITUAIS: A RESISTÊNCIA DAS MULHERES KAIOWÁ E GUARANI NO MS	
<a href="#">Marlene Ricardi de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>279</b>
O SILENCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL	
<a href="#">Nila Michele Bastos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031226</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>293</b>
UM OLHAR SOBRE O URBANO NO BRASIL COLONIAL: IRMANDADES DE NEGROS E ESPACIALIDADE DA POPULAÇÃO ESCRAVA	
<a href="#">Valter Luiz de Macedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031227</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>305</b>
O VITALISMO E AS ORIGENS DA FISILOGIA MODERNA	
<a href="#">Jarbas de Mesquita Neto</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031228</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>317</b>
RECOLHIMENTO DOS POBRES DO PÃO DO SANTO ANTÔNIO: POBREZA E ASSISTÊNCIA EM DIAMANTINA, 1901-1910	
<a href="#">Paula Afonso de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031229</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>330</b>
REDES CEREBRAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA	
<a href="#">Valeria Portugal</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031230</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>336</b>
RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NA DITADURA CIVIL -MILITAR: CASO VOLKSWAGEN DE SÃO BERNARDO DO CAMPO NO INQUÉRITO CIVIL-PÚBLICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	
<a href="#">Nicole Naomi Handa Nomura</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031231</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>341</b>
SEMEANDO AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO MENTAL, CONTRA A MONOCULTURA DA MENTE	
<a href="#">Mônica Chiffolleau</a>	
<a href="#">Juliana Dias</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031232</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>348</b>
SÓSMACOS: O MODERNISMO VISTO PELO LADO DE CÁ	
<a href="#">Nelson de Jesus Teixeira Júnior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031233</b>	

<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>356</b>
TEM PEOA NO PANTANAL? SIM! NO UNIVERSO LABORAL MASCULINO HÁ ESPAÇO PARA A MULHER	
<a href="#">Juliana Cristina Ribeiro da Silva</a> <a href="#">Sabrina Sales Araújo</a> <a href="#">Patrícia Helena Mirandola Garcia</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031234</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>368</b>
O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II	
<a href="#">Vera Maria Ferreira Rodrigues</a> <a href="#">Regina Maria Macedo Costa Dantas</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031235</b>	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>374</b>
O INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA MATEMÁTICA COMO CAMPO CIENTÍFICO NO BRASIL	
<a href="#">Valessa Leal Lessa de Sá Pinto</a> <a href="#">Angelo Santos Siqueira</a> <a href="#">Abel Rodolfo Garcia Lozano</a> <a href="#">Sérgio Ricardo Pereira de Mattos</a> <a href="#">Jhoab Pessoa de Negreiros</a> <a href="#">Tereza Luzia de Mello Canalli</a> <a href="#">Geovane André Teles de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.23619031236</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>385</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>386</b>

## ARQUIVOS, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: OS BENEFÍCIOS E OBSTÁCULOS DESSAS APROXIMAÇÕES

### **Railane Antunes Pereira**

Graduada em Licenciatura em História pela UNESA; Mestre em História e Bacharel em Arquivologia pela Unirio; Professora de História pelo Município do Rio de Janeiro e Pesquisadora do IBICT.

UNIRIO

railane.apereira@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo central colocar em foco os benefícios da aproximação entre arquivo e escola e os obstáculos encontrados nesta relação. Compreendendo que os arquivos são parte significativa do patrimônio da sociedade e que seus acervos podem ser ricos no processo de ensino e aprendizagem escolar, a intenção deste é expandir o uso dos arquivos, para valorizar essas instituições e seus acervos, promovendo benefícios tanto para a comunidade escolar, quanto para a instituição de guarda, destacando a importância do patrimônio documental e a necessidade de uma conscientização para preservação desses espaços. Para isto, aprofundei minha análise de memória e patrimônio, a fim de inserir o arquivo dentro destes contextos e apresentar a relevância do mesmo no cenário cultural e aponto a Educação Patrimonial como forma de projetar esses espaços de forma massificada. Pontuo os ganhos em utilizar os arquivos para

o processo de ensino e aprendizagem da disciplina História. Assim, utilizei como objeto de estudo o Arquivo Nacional, instância mais relevante no cenário de arquivos, e analisei suas políticas de difusão, sua proximidade com a comunidade escolar e seu atendimento a este público. Como resultado, encontrei uma instituição completamente desvinculada do cenário cultural. Suas políticas de difusão são insuficientes para apresentar sua relevância para sociedade e sua aproximação com a comunidade escolar ainda está longe de uma relação de contribuição mútua. Ressalto como consideração final o fomento da difusão para preservação daqueles espaços e a aproximação da escola como grande aliada para a manutenção e valorização do seu uso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Patrimonial; Arquivo; Ensino de História.

### 1 | INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial vem sendo valorizada cada vez mais no ambiente escolar, como forma de inserir os alunos junto ao contexto sociocultural de sua comunidade e também para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Conhecer os patrimônios, que são elementos culturais de referência identitária, é conhecer a si e por tanto a

Educação Patrimonial se torna ferramenta de valorização e preservação cultural.

Museus, bibliotecas, centros culturais e espaços de memória, vem sendo cada vez mais explorados pela comunidade escolar na perspectiva da Educação Patrimonial. Em contrapartida os arquivos públicos estão cada vez mais distantes dessa realidade, sendo explorados por um público específico e caindo em desuso pela sociedade.

Os projetos e atividades voltados à Educação Patrimonial, em sua maioria, estão ligados a espaços como museus, monumentos, centros culturais, etc. Contudo, há um grande déficit de projetos voltados para espaços como os de arquivos. Os mesmos, apesar de abrigarem a memória documental de uma sociedade ou grupo social, são negligenciados na escolha por parte da escola e professores ao abordar essa temática. O que me fez refletir por qual razão os arquivos não são inseridos como ferramenta em auxílio ao ensino, aprendizagem e construção social? Fato é que os arquivos não seguiram o fluxo de outros espaços que aderiram ao movimento da memória. Não se consolidaram como espaços de memória frente a sociedade e isto está ligado diretamente a manutenção de uma visão que sacraliza os acervos e delimita o acesso.

Desta forma este trabalho tem por objetivo analisar os benefícios e os obstáculos que compreendem a utilização dos arquivos pela comunidade escolar. Tendo por objeto de análise o Arquivo Nacional - compreendendo que o mesmo é o expoente em guarda, preservação e políticas de difusão em arquivo no Brasil - para verificar suas políticas de acesso e difusão para a comunidade escolar.

Com intuito de compreender melhor o papel social do arquivo, recorri ao longo deste trabalho ao diálogo teórico sobre memória e patrimônio, destacando suas relações com a sociedade e sua relevância no panorama nacional.

Faço uma reflexão sobre o auxílio da Educação Patrimonial para o ensino e aprendizagem da disciplina História, apontando benefícios significativos nesta parceria. Bem como, os ganhos do ensino desta disciplina com a utilização dos recursos do patrimônio documental.

## 2 | EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

A Educação Patrimonial, passa a emergir como fundamental para a “compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”<sup>1</sup> o indivíduo. Sua relevância e função social, passa a ser indispensável no processo de escolarização.

Segundo a conceituação de Horta (1999, p.6) sobre a Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto

---

1. Retirado do sítio eletrônico: <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>, texto produzido por Ricardo Oriá.

com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Esse “instrumento de alfabetização cultural, sobre o mundo que o rodeia” passa a ser fundamental para construção identitária do indivíduo. A negligência desse conhecimento, faz com que o mesmo não consiga se perceber parte daquela construção, causando grandes prejuízos. Benveniste vai dizer que é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. E os patrimônios são mais uma forma de linguagem, pela qual aquela/uma sociedade se comunica e partilha seus referências. Logo, é necessário ensinar a leitura desses espaços patrimoniais.

Um dos principais problemas/objetivos apontados para o ensino de História é estimular as habilidades necessárias para que o aluno compreenda que a disciplina não é apenas decorar fatos. Com a ajuda da Educação Patrimonial os alunos conseguiriam perceber, na prática, tudo que é trabalhado e demonstrado por meio das leituras e aulas, criando possibilidades cognitivas de aprendizagem, que auxiliariam na sua formação escolar e cidadã.

O trabalho com fontes primárias, inclusive é recomendado nos Parâmetros Curriculares Nacional. O contato com tais fontes, pode desenvolver a análise crítica do aluno e consolidar conhecimentos que o mesmo só conseguiria pela abstração. E não há lugar mais rico de fontes primárias que o acervo de um arquivo. O professor, conseguiria transportar o aluno para uma dada época e realidade e utilizar desse recurso para desenvolver seu conteúdo.

Há infinitas possibilidades de uso desse acervo, não apenas para o ensino e aprendizagem da disciplina História. O uso interdisciplinar de tais acervos, pode estimular outras habilidades, como espaciais e linguística.

O aluno, ao entrar em contato com o patrimônio, passa a criar vínculo com o mesmo e juntamente com o ensino, o mesmo ressignifica seu uso.

Também contribuiria para conservação e preservação daquele patrimônio. Pois, se não há reconhecimento dos bens patrimoniais, tão pouco será relevante a manutenção do mesmo. Só há preservação, quanto se tem consciência da importância e contribuição para sua formação.

A difusão da cultura da preservação exige o contato sistemático dos cidadãos com os bens culturais e naturais, dos estudantes com as atividades relacionadas a essa questão, em particular, com as pesquisas efetuadas por historiadores, arqueólogo, arquitetos, restauradores, geógrafos, ambientalistas, ecologistas e demais especialistas devotados a resguardar o patrimônio (PELEGRINI, 2009; p. 113)

A Educação Patrimonial colaboraria para os processos de valorização da cultura, construção histórica temporal e preservação dos espaços de memória. Desta forma, ela se apresenta como dinamizadora e consolidadora da aprendizagem, bem como

estimuladora de um compromisso ético e cidadão para formação sócio-identitária da comunidade, responsável pela integração e comunicação do indivíduo com seu meio social. Incentivá-la é uma obrigação e um compromisso que todo professor deve assumir no seu fazer profissional.

Utilizar arquivos para incentivar a Educação Patrimonial é abrir espaço para mais um caminho de aprendizagem. Que pode se mostrar muito frutífero para a formação do sujeito.

O fato de o documento de arquivo apresentar essas características - ser prova ou evidência de uma ação e ser em grande parte escrito, pelo menos no que diz respeito a documentos de arquivos de administração pública – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes lingüísticos, históricos e de cidadania, já que os documentos refletem a administração pública de uma cidade, estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governo e cidadãos (FRATINI, 2009, p.06)

Arquivos como o NARA (National Archives and Records Administration) nos EUA, trabalham com a perspectiva pedagógica, disponibilizando em seu sítio digital, recursos para professores utilizarem seus acervos. Tal prática vem se mostrando promissora, sendo adotadas como estratégias pelos principais expoentes de arquivos no mundo, com o intuito de aproximar cada vez mais o público escolar dos arquivos e para promoção, difusão e preservação de seus acervos.

Entender o arquivo como patrimônio documental ligado a demandas político-sociais de indivíduos e grupos, e não apenas como “meros espaços de guarda para documentos antigos”, transforma sua ação informacional. Imbuído de responsabilidade para com a sociedade, o arquivo deve repensar suas políticas de acesso e aproximar-se ainda mais da comunidade escolar.

### **3 | ARQUIVO: LUGAR DE MEMÓRIAS**

Trabalho com a noção de lugares de memória, desenvolvido por Pierre Nora para melhor compreender o papel social de instituições de arquivo. O autor define que lugar de memória possa ser qualquer coisa, desde arquivos, museus, estátuas, datas comemorativas, etc., porém, estes devem apresentar o que ele chama de aura simbólica, isto é, os mesmos devem apresentar vontade de memória. Sociedades ou grupos precisam se identificar com eles, atribuindo-lhes significados.

Nora classifica os lugares de memórias em: lugares materiais - onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; lugares funcionais - porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e lugares simbólicos- onde essa memória coletiva se expressa e se revela.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas

operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993; p. 13)

Construímos lugares de memórias para reter o que não conseguimos mais individualmente. Halbwachs vai defender que para lembrar, o indivíduo precisa do outro. E desta forma, segundo o autor, ao se distanciar do grupo de referência de uma dada memória, o ato de lembrar torna-se difícil, pois o distanciamento dos pilares memoriais, acaba levando à fragmentação daquela memória. E à medida que essa memória vai se fragmentando, passamos a acumular os vestígios dela, para que não se perca nossas matrizes referenciais.<sup>2</sup>

A memória se torna, segundo Pollak, elemento constituinte de sentimento de identidade<sup>3</sup>. Não é por acaso que a História vai se aproximar cada vez mais da Antropologia cultural para compreender a construção de identidade e se aprofundará cada vez mais nos estudos de memória.

A memória vai galgar um patamar de destaque nas interações sociais e se consolidará no campo da ciência, desdobrando-se para o espaço político e de relação da sociedade com o seu passado. Movimento que também estará presente nas políticas de arquivos e na forma como os mesmos se posicionam frente às novas demandas de variados grupos da sociedade.

O fenômeno de boom memorial, vai afetar diretamente os arquivos e sua relação com o público geral. Seu acervo não estará mais voltado e focado a servir como prova para administração pública ou para pesquisas acadêmicas, o mesmo deve passar a servir a essas demandas de memória, onde se faz necessário repensar suas políticas de difusão de acervos e sua integração com a sociedade.

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta a sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (BELLOTO, 2006, p. 227)

O espaço do arquivo e seu acervo só terão a correspondência de referencial de lugar de *memória pela sociedade*, caso o mesmo corresponda as suas representações e que nele seja encontrado a “áurea simbólica”.

#### 4 | ARQUIVO NACIONAL – UM PANORAMA

O Arquivo Nacional, situado no município do Rio de Janeiro, carrega as

---

2. HALBWACHS, 1990.

3. POLLAK, Michel. Memória e identidade social. Estudos Históricos, 1992;

marcas da história do Brasil. Constituído ainda na época do Império, ele é fundado em 1838 como Arquivo Público do Império, ficando ligado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, com finalidade de salvaguardar documentos do Poder Executivo, Moderador e Legislativo. Possuía três sessões: Legislativa, Administrativa e a sessão de Arquivos Históricos.<sup>4</sup>

Ocupa posição central junto ao Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, que é responsável por controlar as atividades de gestão de documentos de arquivos no âmbito de entidades e órgãos da administração pública federal. O Conselho Nacional de Arquivo – CONARQ, também é vinculado as suas responsabilidades, sendo o mesmo responsável por definir a política nacional de arquivos públicos e privados, exercendo orientações normativas. Desta forma, também integra o Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, responsável por implementar o que foi definido pelo CONARQ, visando à preservação, à gestão e o acesso aos documentos de arquivo no âmbito nacional.

Conhecido por ser o “guardião de memória” do Estado-nação, o AN abriga, juntamente com sua Coordenação Regional no Distrito Federal, mais de 55 quilômetros em documentos textuais, sendo estimado que possua 1,79 milhão de acervos ligados a outras tipologias documentais, como mapas, fotografias, filmes e etc. Dentre este rico acervo, encontram-se documentos da formação do Brasil, incluindo arquivos trazidos pela corte de D. João VI, que remetem a nossa antiga metrópole.

É neste cenário rico e de destaque que se inscreve o Arquivos Nacional, sendo o principal difusor de políticas para arquivos no país e possuindo um vasto e precioso acervo que remonta à História do Brasil. Assim, o escolhi por sua relevância no cenário nacional e percebendo que o estímulo de ações pedagógicas junto ao mesmo pode repercutir em ações políticas e servir como referência a outros arquivos.

## **5 | POLÍTICAS DE DIFUSÃO E PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL**

No campo da difusão e preservação, o Arquivo Nacional conta com a Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo, Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental e ainda com a Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo

A Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental cuida das relações externas com outros arquivos, buscando difundir em meio nacional e internacional o acervo e bibliografia do Arquivo Nacional. A mesma cuida dos interesses brasileiros para reconhecimento nos processos de Memória Mundo e trata das políticas de promoção do AN. É responsável por cuidar do site da instituição e também da visitação de autoridades e público em geral na instituição.

---

4. Informações retiradas do site: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>



Já a Coordenação de Pesquisa e Difusão de Acervo, auxilia a Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental. A ela compete fazer pesquisa de caráter histórico-cultural para possíveis publicações e exposições que promovam o acervo da instituição. Compete também a organização de seminário e mesas, bem como é responsável por conceber e planejar programa de caráter pedagógico.

Esta última função, talvez seja a mais relevante para este trabalho, pois há preocupação de um caráter mais pedagógico, e não apenas científico, na promoção e difusão do acervo.

Em primeira análise, fui buscar junto ao site do Arquivo Nacional as formas de difusão promovidas por ambas as coordenações e listarei abaixo o que encontrei voltado a este aspecto:

- Revista Acervo: é uma revista impressa e também disponibilizada por meio digital que sempre é regida por uma temática. A revista é publicada semestralmente e divulga estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia. Prioriza os trabalhos que são realizados com o acervo institucional, podendo ser publicado em forma de resenha, artigo livres, documento ou dossiês.

- Exposições virtuais: consiste em difundir o acervo e os projetos culturais no formato digital. Algumas das exposições virtuais, coincidem com as exposições físicas da instituição.

- Sítios eletrônicos de pesquisa: são sítios ligados ao Arquivo Nacional, focado em algumas temáticas, que disponibilizam as fontes para busca daquelas temáticas. Até a data de 17/07/2016, os seguintes endereços eletrônicos estavam ativos:

- 1- Programa de pesquisa Memória da Administração Pública Brasileira - <http://linux.an.gov.br/mapa/>

- 2- O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira- <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

- 3- Centro de Informações de Acervos dos Presidentes da República - [http://www.an.gov.br/crapp\\_site/default.asp](http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp)

- 4- Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira - <http://www.an.gov.br/anac/index.asp>

- 5- Censo de Arquivos Brasileiros: Públicos e Privados - <http://www.arquivonacional.gov.br/media/Projeto%20Censo-%20Publique%20final.pdf>

- 6- Retratos Modernos - <http://www.an.gov.br/retratosmodernos/>

No site podemos encontrar a plataforma de base de dados do AN, chamado SIAN, porém este não é gerenciado diretamente por essas coordenações.

Apesar do esforço demonstrado para difusão, ainda há pouco impacto na sociedade em geral com essas ações. Tão pouco é visto, o caráter pedagógico nesses projetos, algo inclusive que está junto as atribuições da Coordenação de

Pesquisa e Difusão de Acervos.

As ações internas também são pouco difundidas e não produzem resultados eficazes. Os poucos seminários e oficinas promovidos pelo setor, são voltados para profissionais da área. As exposições físicas, não são bem promovidas e acabam não obtendo um quantitativo de público razoável.

A Coordenação Geral de Processamento e Preservação de Acervo, em suas competências está disposto os procedimentos técnicos para preservação. Não leva em consideração que preservar também é difundir. Um conjunto documental que seja mais acessado, tem maior visibilidade e é disponibilizado maiores recursos para sua manutenção, porém o intercâmbio de informação entre o setor de preservação e de difusão parece não levar isso em consideração. Percebemos nas exposições e promoções do acervo, visões diferentes da coordenação de preservação e difusão. Parece não haver sincronia entre ambas para promover um conjunto documental em comum. Enquanto uma preserva determinados conjuntos a outra difunde outros. Fato este que pode ser constatado entre os conjuntos que foram retirados de consulta para tratamento técnico interno e externo e que não foram anteriormente e ou posteriormente, difundidos ou promovidos.

Contudo, o trabalho que é feito pelo setor de preservação digital, vem auxiliando um maior contato com o acervo do AN. Porém, o processo é demorado e como não tem retorno financeiro, a instituição precisa priorizar conjuntos com maiores demandas.

Outra coordenação importante citar é a de Consulta ao Acervo, tal setor tem um papel muito importante para as políticas de preservação e difusão. Ele que terá um contato maior com o público e a sociedade em geral. É dele que sairá o relatório quantitativos e qualitativos de busca no acervo, que direcionará, ou deveria, as ações para promoção, acesso e preservação. Também é ele que atualizará ou implantará os instrumentos de pesquisa de acordo com a necessidade dos usuários.

Um outro aspecto que deve ser levado em consideração nas políticas de difusão e preservação, é a estrutura hierárquica a qual o Arquivo Nacional é submetido. O mesmo é ligado ao Ministério da Justiça, por razões de cunho histórico e político. Essa ligação é um tanto contraditória se pensarmos no papel do Arquivo Nacional e os objetivos e funções do Ministério da Justiça. Apesar de garantir uma parte orçamentária a instituição, não podemos dizer que um dos objetivos e preocupação do Ministério da Justiça é a difusão e preservação do acervo do Arquivo Nacional. Essa associação acabou distanciando a instituição dos projetos e objetivos do Ministério da Cultura. Hoje já se debate a possibilidade de um alinhamento entre Arquivo Nacional e a pasta de projetos da cultura e educação. Compreendo que tal aproximação poderá trazer grandes benefícios a sociedade em geral, pois o Arquivo Nacional passa a ser, de certa forma, mais reconhecido como instituição de promoção cultural.

## 6 | ARQUIVO NACIONAL E COMUNIDADE ESCOLAR

Foi realizado um levantamento junto a instituição sobre sua relação com a comunidade escolar, para melhor análise do panorama. Os dados levantados foram informados pelo setor de Promoção Institucional.

Baseado no ano de 2015, o Arquivo Nacional teve 1096 visitantes de 67 instituições diferentes. Apontam como maiores usuários, as escolas de ensino profissionalizante (ESPRO, SENAI, CIEE e SENAC), também estudantes universitários e profissionais da área de arquivo. O número de visitas de escolas de ensino fundamental e médio no ano de 2015 é de apenas cinco. Sem dúvidas um número muito baixo, para uma instituição com um acervo tão rico. Em relação ao número de atendimento de arquivos como NARA, o número é muito inferior, o mesmo informou que no mês de maio de 2016, recebeu 26 escolas de ensino fundamental e médio, número muito maior ao resultado anual do AN.

Pergunto aos mesmos o tipo de atividade que é realizada na visitação deste público, e quais setores eles têm acesso. O procedimento padrão é que os alunos sejam direcionados ao auditório e assistam um filme que fala sobre a instituição, estrutura e os trabalhos desenvolvidos. Este filme é padrão, não variando de acordo com o público. Após o filme, os alunos são guiados para o local de exposição, onde a curadora costuma orientar os mesmos durante a visita. É nas exposições que ocorrem o contato com o acervo da instituição, algumas vezes os documentos ali expostos são os originais.

Entretanto, a exposição nem sempre está voltada para temas escolares. A linguagem da mesma, apesar de abrangente, não é direcionada para o público do ensino básico.

As visitas costumam durar aproximadamente duas horas, e os únicos espaços de acesso é o auditório, sala de exposição e o pátio interno. Outros setores são restritos e apenas aberto para visitação em algum projeto específico de profissionais ou estudantes da área de arquivo.

Outra preocupação é se disponibilizam algum material para esse público, porém o que é oferecido são folders da instituição e da exposição. Para o público especializado é ofertado outros materiais, como a Revista Acervo.

O projeto Arquivo em Cartaz foi apontado como sendo o de maior interação entre alunos do ensino fundamental/médio e o AN. É feita a exibição de filmes e também promovem a Mostra de Arquivos do Amanhã, essa amostra consiste em reunir documentos produzidos pelos alunos que documentem eventos, fatos, lugares, costumes e tradições, fomentando a valorização da cultura e a preservação da memória.

Não é ofertada oficinas para professores ou alunos do ensino básico, para promoção e aproximação da instituição. Arquivos como o National Archives of Australia, além de oferecer roteiros de aula utilizando fontes de seu acervo, promove

oficinas e cursos para professores desenvolverem projetos junto a instituição.

O NARA, nos EUA, tem uma equipe voltada a receber e promover a instituição para o meio educacional. Junto ao Arquivo Nacional, não é visto este esforço. Informaram que havia divulgação das exposições quando as mesmas são inauguradas, porém as exposições não são adequadas para receber esse perfil de usuário. Ao serem questionados se havia algum preparo para atendimento ao público escolar, os mesmos sinalizaram que não havia. A estrutura física e política, não é apropriada para receber esse público, necessitando repensar o Arquivo Nacional para acesso das escolas.

No site, na parte de sítios eletrônicos de pesquisa - Roteiro de Fontes do Arquivo Nacional para a História Luso-Brasileira – é o único local que atende à demanda escolar. Nele há temas pertinentes aos conteúdos da disciplina História e uma aba Sala de Aula, onde sugere temas para pesquisa, informa conjuntos e itens documentais que podem ser usados, bem como transcrevem alguns documentos para facilitar a atividade. Todavia, este sítio de pesquisa foi feito em parceria com a Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, além do auxílio da UERJ por convênio com o Conselho Nacional de Arquivos. Esta iniciativa não é vista em outros sítios eletrônicos de pesquisa organizado pelo AN.

Esse exemplo, deveria ser seguido em outros projetos e até mesmo para as exposições físicas e digitais. Pois apesar de serem muito interessantes e com grandes possibilidades de uso para o ensino e aprendizagem, não fornece linguagem e formatos para serem trabalhados.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero, que após as devidas reflexões, compreendo que a aproximação dessas entidades, é indispensável. Uma enquanto entidade formadora de cidadãos, não pode abrir mão de apresentar aos seus alunos o patrimônio construído pela sociedade que o rodeia, por ser imperativa a sua formação sociocultural. A outra, por guardar o patrimônio documental produzido por aquela sociedade, deve servir a essa comunidade a fim de cumprir seu papel social e principalmente de se manter ativa e valorizada pela mesma.

Ambas produzem benefícios significantes, enquanto o arquivo vai servir de ferramenta para ensino e aprendizagem e formação identitária, a comunidade escolar vai ser o veículo de promoção de preservação de seus acervos.

Entretanto, conforme demonstrado ao longo deste trabalho, a entidade mais relevante no cenário de arquivo, não realiza uma interação eficiente em seus espaços.

Acredito que esta aproximação, só trará benefícios para ambos os lados. O Arquivo Nacional é muito rico de informação e uma ferramenta em potencial para ser explorada pelas escolas. Ao mesmo tempo, ele pode captar recursos para realizar tais projetos e preservar seu acervo.

A utilização de seus acervos no processo de ensino e aprendizagem da disciplina História, pode ser um ganho muito benéfico para a construção de um aluno crítico e ciente das responsabilidades de preservação da memória de sua sociedade. Os mesmos, inclusive, dão muitas possibilidades de uso por outras disciplinas, que podem utilizar para promover a aprendizagem de seus conteúdos.

De todo modo, ainda há muito o que modificar, a própria postura do Arquivo precisa ser adaptada, pois ainda sacralizam os documentos. Dar acesso parece não ser um hábito e sim uma quebra em sua rotina. A proteção que querem exercer, acaba por ocultar o documento e sua informação.

Quando pergunto para eles o que os mesmos acham que deveria melhorar para haver uma maior interação entre Arquivo e Escola, os mesmos apontam que as escolas deveriam ter mais interesse em realizar essas visitas. Não ponderando se os serviços oferecidos são interessantes para aquele público.

As escolas, também precisam trabalhar a cultura da Educação Patrimonial, indispensável para formação do aluno e inserir os mesmos ao conjunto referencial de memória e identidade da sociedade. Precisam usar e se apropriar desses espaços para completar a formação desses alunos. Sem dúvidas é necessário um esforço das duas partes.

O Arquivo Nacional, por ser o responsável pelas políticas de arquivo, precisa olhar para o formato de difusão que o mesmo está utilizando e repensar seu papel social.

Enquanto o mesmo continuar se projetando para um público mais especializado, não conseguirá o reconhecimento nem a valorização por parte da sociedade em geral. Seu acervo continuará oculto da sociedade que o produziu.

Acredito que este trabalho possa dar projeção ao tema e espero que possa contribuir com outros estudos. Desejo que este tema continue sendo discutido para gerar uma real modificação na postura dessas instituições. Nosso patrimônio, seja ele em qual formato for, precisa atender a sociedade que o criou, para que a mesma possa sempre se identificar através deles.

Uma sociedade que não se reconhece em seus patrimônios e memória, não consegue realmente ser uma sociedade

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999;

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. São Paulo: PUC, 1981;

PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense,

2009;

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. SP, Vértice, 1990;

BENVENISTE, E. *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. In: Problemas de Lingüística Geral I. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991;

FRATINI, Renata. *Educação patrimonial em arquivos*. *Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n. 34, ano 2009;

Parâmetros Curriculares Nacionais

Diretrizes Curriculares Nacionais

<http://www.arquivonacional.gov.br/>

<http://www.naa.gov.au/>

<https://www.archives.gov/>

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**DENISE PEREIRA** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

**MARISTELA CARNEIRO**- Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração 3, 6, 26, 42, 50, 56, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 70, 73, 74, 76, 80, 82, 102, 129, 130, 131, 137, 138, 139, 160, 161, 301, 321, 322, 369

África do Sul 148, 149, 150, 151, 154, 155

Arquitetura 32, 143, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172

Arquivo 1, 21, 26, 27, 29, 30, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 76, 77, 78, 81, 87, 111, 113, 115, 116, 117, 144, 243, 258, 371

Arquivos escolares 107, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116

Arquivos municipais 1

### B

Bens patrimoniais 50, 55, 107, 108

Berçário “Mãe Cristina” 133, 134, 135, 137, 138

Burocracia 8, 65, 70, 80

### C

Cidadania 11, 12, 15, 16, 19, 56, 152, 153

Cidade 1, 5, 8, 12, 13, 14, 16, 21, 26, 35, 40, 41, 42, 56, 68, 77, 78, 80, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 98, 102, 106, 109, 111, 114, 120, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 147, 157, 158, 160, 164, 166, 167, 169, 171, 172, 179, 184, 185, 186, 187, 205, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 229, 260, 268, 282, 288, 293, 296, 300, 301, 302, 303, 317, 319, 321, 323, 354, 359, 361

Construir 23, 85, 87, 101, 110, 123, 147, 157, 158, 172, 206, 209, 337, 341, 342, 345, 357

Creche 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Cultura 10, 12, 13, 16, 20, 27, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 43, 50, 55, 60, 61, 63, 68, 81, 82, 89, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 108, 112, 113, 115, 117, 120, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 147, 151, 153, 154, 157, 161, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 183, 190, 241, 242, 247, 249, 253, 259, 272, 273, 275, 276, 279, 281, 282, 291, 292, 343, 345, 347, 350, 355, 359, 360, 365, 366, 367, 372, 373, 376, 382, 384, 385

Culturas políticas 148, 149, 151, 154, 155

### E

Educação patrimonial 11, 12, 13, 16, 19, 20, 53, 54, 55, 56, 63, 107, 108, 109, 112, 113, 117

Ensino 12, 13, 18, 19, 20, 39, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 111, 112, 131, 133, 137, 138, 140, 141, 147, 261, 270, 356, 368, 370, 371, 372, 374, 375, 379, 380, 381, 385

Ensino de história 12, 18, 19, 20, 53, 54, 97, 102, 105, 261, 270

Ensino primário 65, 66, 69, 80, 82

Estudos africanos 148, 155

Exército brasileiro 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 125, 144, 147



## F

Fiscalização 26, 65, 69, 70, 72, 74, 77, 80

Fontes históricas 6, 11, 17, 18, 20, 67, 113, 115, 318

## G

Grupo escolar 65, 66, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 167

## H

História 2, 3, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 37, 39, 40, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 164, 165, 171, 172, 173, 174, 175, 182, 183, 190, 191, 192, 200, 201, 204, 210, 211, 213, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239, 240, 242, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 270, 271, 272, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 287, 290, 291, 292, 294, 296, 301, 303, 304, 318, 324, 328, 329, 355, 356, 358, 360, 361, 364, 365, 366, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 376, 377, 379, 381, 382, 383, 384, 385

História da educação 66, 67, 82, 107, 108, 109, 112, 113, 114, 117, 133, 134, 139

História do tempo presente 148

História militar 141, 142, 143, 144, 147

Historiografia 6, 21, 100, 110, 114, 117, 127, 141, 142, 143, 146, 147, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 280, 281, 282, 290, 292, 294, 336, 339, 376, 383

## I

Identidade 2, 3, 10, 12, 13, 19, 22, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 57, 63, 70, 95, 96, 100, 101, 103, 106, 108, 113, 114, 143, 149, 153, 157, 161, 172, 202, 216, 222, 241, 243, 244, 245, 246, 253, 258, 275, 281, 289, 291, 333, 334, 343, 346, 350, 355, 364, 366, 384

Instituições confessionais 133

Interdisciplinaridade 2, 174, 183

Intervenção 84, 95, 106, 162, 203, 223, 354

## L

Lei 10639/03 97, 98

Luiz Gonzaga 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182

## M

Memória 11, 12, 13, 19, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 82, 84, 85, 87, 93, 95, 96, 108, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 123, 125, 127, 129, 133, 142, 144, 151, 157, 172, 173, 174, 208, 219, 248, 250, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 292, 303, 319, 320, 323, 324, 333, 334, 340, 350, 364, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 378

Montes Guararapes 45, 46, 47, 48, 49, 51

Monumento às bandeiras 84, 85, 86, 87, 91, 92, 95, 96

Morar 77, 157, 158, 165, 166, 172, 177

Município 1, 3, 4, 5, 6, 9, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 53, 57, 72, 73, 128, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 160, 162, 186, 273, 274, 275, 361

Música 98, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 216, 219, 225, 243, 244, 245, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 257, 258, 259

## P

Pátio da cruz 84, 85, 90, 93, 94, 95

Patrimônio 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 84, 91, 95, 96, 107, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 134, 149, 157, 161, 171, 172, 173, 177, 294, 298, 299, 300, 369, 371

Patrimônio cultural 1, 11, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 30, 41, 49, 52, 54, 63, 96, 109, 113, 149, 157, 172

Patrimônio territorial 1, 3, 4, 5, 7, 9, 21, 22, 24, 25, 26

Potencialidades 23, 32, 40, 41, 44

Presença negra 97, 98, 99, 240

## R

Registros documentais 21

Relações internacionais 148, 149, 150, 155

## S

São Francisco do Sul 1, 9, 10, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30

Serra Negra do Norte 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44

Sociedade 1, 4, 12, 19, 22, 23, 24, 29, 32, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 66, 67, 68, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 98, 99, 100, 102, 108, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 142, 143, 145, 152, 153, 157, 159, 160, 161, 171, 172, 173, 190, 194, 195, 197, 198, 226, 230, 238, 240, 244, 254, 256, 275, 276, 279, 281, 286, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303, 318, 320, 321, 322, 323, 333, 346, 347, 355, 361, 365, 368, 372, 373, 374, 378, 381, 382

## T

Trabalhar 42, 63, 79, 100, 101, 123, 127, 137, 157, 158, 160, 165, 166, 172, 177, 279, 307, 308, 361, 362, 369

Turismo sustentável 32, 41

## V

Vigésio Sétimo 27º Grupo de Artilharia de Campanha 141, 142, 144

Vila 1, 5, 8, 21, 26, 41, 160, 168, 283

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-823-6



9 788572 478236